

OGE 2022 e medidas pós-guerra na Ucrânia

O Governo apresentou em abril a Proposta de Orçamento de Estado para 2022, depois da tomada de posse do novo governo e na sequência das eleições legislativas antecipadas de janeiro, em que o Partido Socialista obteve maioria absoluta no Parlamento.

Nos pressupostos macroeconómicos subjacentes ao OGE foi incluída a avaliação do impacto que o conflito Rússia-Ucrânia terá, ainda que sobretudo por via indireta, na atividade económica em Portugal. Assim, o Governo estima que o PIB cresça 4,9% em 2022 (inferior à previsão de outubro 2021), antecipando que os preços do consumidor acelerem 3,7% e que o mercado de trabalho continue a trajetória de recuperação pós-pandemia. Ainda que mais otimista do que o cenário antecipado pelo BPI Research, o cenário macroeconómico é globalmente equilibrado.

Por sua vez, o Governo mantém o compromisso de consolidação orçamental; depois do défice ter ficado em 2,8% do PIB em 2021, substancialmente abaixo da previsão oficial (-4,3%), o Executivo prevê um défice de 1,9% em 2022. Por um lado, a receita aumenta 6,0% face a 2021, colocando o rácio da receita total em percentagem do PIB em 44,7%, 2,1 p.p. acima do registado em 2019 (43,4%, excluindo receita do PRR). A receita fiscal e contributiva aumenta cerca de 6,0%, destacando-se ainda a receita esperada com o recebimento de fundos no âmbito do PRR (cerca de 3.000 milhões de euros).

Por sua vez, a despesa cresce 4,1%, o que representa um aumento de 4.150 milhões de euros face a 2021, dos quais cerca de metade resultam de medidas tomadas em anos anteriores. A despesa corrente deverá atingir 41,7% do PIB, mais 2,1 p.p. face ao nível pré-pandemia, explicado, em larga medida, por duas rubricas: despesas com pes-

soal e prestações sociais, duas rubricas de despesa mais rígida (ou seja, despesa permanente e mais difícil de reduzir no futuro). Face a 2021, são também duas das rubricas com maior aumento: 3,6% e 3,8%, respetivamente, refletindo medidas como a atualização das remunerações dos funcionários públicos em 0,9% e a atualização extraordinária das pensões. Por sua vez, os encargos com juros deverão continuar a diminuir em 2022 (2,2% do PIB), ainda que de forma menos expressiva face aos anos anteriores, também em linha com o processo de gradual normalização da política monetária do BCE e contexto financeiro. Por outro lado, e em linha com os investimentos no âmbito do PRR, o investimento público poderá aumentar 37,6%, atingindo os 3,2% do PIB, que seria o nível mais alto desde 2011. No entanto, importa ter presente que, nos últimos anos, a execução do investimento público tem ficado abaixo do orçamentado.

A pandemia ainda irá afetar as contas públicas, especialmente do lado da despesa, antecipando-se que os gastos com vacinas, testes, isolamento profilático e outros tenham um impacto orçamental de cerca de 0,4% do PIB em 2022 (cerca de 1.000 milhões de euros), o que, ainda assim, fica substancialmente abaixo dos gastos em 2021 (1,9% do PIB).¹ De igual modo, o Governo também já avançou com a implementação de medidas para mitigar os efeitos adversos do conflito Rússia-Ucrânia, nomeadamente no agravamento dos custos energéticos e bens alimentares. O Governo aponta que estas medidas tenham um impacto de 0,5% do PIB (cerca de 1.100 milhões de euros), às quais se junta um apoio adicional em linhas de crédito às empresas (ver seção seguinte).

Neste contexto de melhoria do saldo orçamental, o Governo avança com uma esperada redução do rácio de dívida

Cenário Macroeconómico: comparação entre OGE, BPI e Banco de Portugal

	2021	2022			
		OGE 2022 (rejeitado)	OGE 2022 (abril 2022)	BPI	BdP
PIB	4,9	5,5	4,9	4,2	4,9
Consumo privado	4,5	4,7	3,8	4,1	3,6
Consumo público	4,1	1,8	1,3	1,8	1,5
Investimento	6,4	8,1	7,9	4,7	9,2
Exportações	13,1	10,3	13,1	11,4	14,2
Importações	12,9	8,2	11,1	9,7	12,3
IPC*	1,3	0,9	3,7	5,4	4,0
Emprego	2,1	0,8	1,3	1,0	1,4
Taxa de desemprego (%)	6,6	6,5	6,0	6,7	5,9
Balança corrente	-1,1	-0,7	-1,7	-2,2	-

Nota: * I-IPC no caso do BdP.

Fonte: BPI Research, com base na Proposta de OGE 2022 de abril 2022 e a rejeitada em outubro 2021 e Boletim Económico Março 2022.

1. Na avaliação das medidas COVID retirámos os gastos relacionados com os apoios ao sector dos transportes, no montante de 900 e 600 milhões de euros em 2021 e 2022, respetivamente, onde se inclui, por exemplo, o apoio à TAP e à SATA.

Principais rubricas das contas públicas

	% PIB			Variação 2022 vs. 2019 (milhões euros)	Variação 2022 vs. 2021 (milhões euros)	2019-2022 Taxa crescimento (%)
	2019	2021	2022			
Receita corrente	42,2	44,2	43,6	8.562	5.669	9,5
Receita fiscal	24,7	25,0	24,8	3.310	3.476	6,2
Impostos s/ produção e importação	15,0	15,3	15,2	2.369	2.202	7,4
Impostos correntes s/ rendimento, património	9,7	9,7	9,6	941	1.274	4,5
Contribuições sociais	11,8	12,8	12,5	3.040	1.251	12,0
Receita de capital	0,4	1,1	1,1	1.662	56	204,1
Receita total	42,6	45,3	44,7	10.224	5.725	11,2
Despesa corrente	39,6	44,4	41,7	9.851	1.046	11,6
Consumo intermédio	5,1	5,8	5,6	1.662	458	15,1
Despesas com pessoal	10,8	11,8	11,4	2.635	900	11,4
Prestações sociais	18,1	19,6	18,9	4.178	1.569	10,8
Subsídios	0,4	2,0	0,9	1.068	-2.233	116,2
Juros	3,0	2,4	2,2	-1.324	-169	-20,9
Despesa de capital	2,8	3,8	4,9	5.023	3.104	82,4
Formação bruta de capital	1,8	2,5	3,2	3.393	2.001	86,5
Despesa total	42,5	48,1	46,6	14.874	4.151	16,3
Saldo global	0,1	-2,8	-1,9	-4.650	1.574	n. a.
Saldo primário	3,1	-0,4	0,3	-5.974	1.405	n. a.
Saldo estrutural primário	1,6	1,0	1,0	n. a.	n. a.	n. a.

Fonte: BPI Research, com base na Proposta de Orçamento de Estado 2022.

pública para 120,7% do PIB (127,4% em 2021), ainda 4,1 p. p. acima do nível de 2019.

Que plano de ação tem o Governo para aliviar o impacto da guerra na Ucrânia?

O Executivo avançou com um conjunto de medidas para mitigar o agravamento dos custos energéticos e bens alimentares para famílias e empresas, às quais junta ainda um pacote de apoio à agricultura para atenuar os efeitos adversos da seca nos preços dos alimentos, e que agrava ainda mais as consequências da guerra nos preços ao consumidor.

Para as famílias mais vulneráveis, o Governo avança com uma medida para atenuar o aumento dos preços dos alimentos, o que implica a concessão de um apoio de 60 euros aos agregados familiares que recebam prestações sociais mínimas. A este apoio, junta-se um outro para a aquisição de gás de botija (10 euros).

Ao mesmo tempo, o Governo reforçou o apoio mensal no âmbito do Autovoucher, em que os indivíduos que tenham aderido ao programa recebem um reembolso mensal após o abastecimento de combustível, dos anteriores 5 euros por mês para 20 euros. Este apoio é o equivalente a um reembolso de 40 centimos por litro de combustível, num máximo de 50 litros por mês. No entanto, este programa terminou em abril e foi substituído por outra medida: redução do Imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) equivalente à redução do IVA de 23% para 13%, uma medida temporária enquanto a Comissão Europeia não

autorizar a efetiva descida do IVA dos combustíveis. Esta medida entrou em vigor em maio.

A estes apoios acresce ainda a suspensão do aumento da taxa de carbono até ao final do ano, e os apoios no abastecimento no caso das empresas, nomeadamente no sector dos transportes, onde se inclui subsídio de 30 centimos/litro de combustível para veículos de passageiros e para transporte de mercadorias, a par de um apoio de até 30 centimos por litro no caso dos veículos de transporte de passageiros associados às plataformas eletrónicas (TVDE).

A estas medidas junta-se o programa de apoio às empresas intensivas no uso de gás, em que o Estado subsidia 30% do agravamento dos custos com energia.

Para a agricultura, e de forma a mitigar também os efeitos adversos da seca, o Governo avançou com a isenção temporária do IVA nos fertilizantes e rações, concede apoios para mitigar os custos adicionais com a alimentação animal e fertilizantes e apoios à instalação de painéis fotovoltaicos.

Adicionalmente, o Governo lançou linhas de crédito (de 459 milhões de euros), onde se inclui uma linha para os sectores da suinicultura e leite, linha de crédito para fazer face aos efeitos adversos da seca e a linha de crédito «Apoio à Produção». Esta linha é disponibilizada pelo Banco de Fomento, e destina-se a empresas da indústria transformadora, transportes e armazenagem, para as quais os custos energéticos tenham um peso igual ou

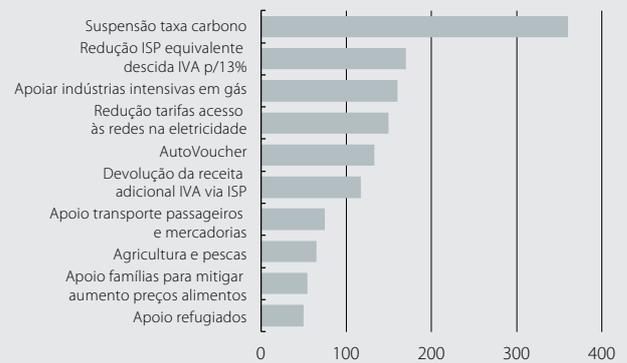
superior a 20% nos custos de produção, ou que enfrentem um aumento igual ou superior a 20% do custo de mercadorias vendidas e consumidas, ou que apresentem uma quebra da faturação operacional igual ou superior a 15% resultante da redução das encomendas face aos problemas de obtenção de matérias-primas, componentes ou bens intermédios.²

A estas medidas junta-se ainda o diferimento de obrigações fiscais e contribuições sociais para os sectores mais vulneráveis, como o dos transportes, permitindo o pagamento dos impostos em várias prestações.

Refletindo menor desequilíbrio que o esperado em 2021, revimos em baixa a nossa previsão para o défice orçamental em 2022, de 2,9% para 2,1%. Esta previsão incorpora ainda o cenário macroeconómico do BPI Research, ligeiramente mais cauteloso, implicando menor arrecadação fiscal e contributiva e também custos relativamente mais elevados. No entanto, os riscos são no sentido de possível agravamento do défice, dada a acentuada incerteza quanto à dimensão, duração e extensão do conflito na Ucrânia, influenciando a performance das contas públicas em 2022.

Medidas de apoio para mitigar os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia

Milhões de euros



Fonte: BPI Research, com base nos dados da Proposta de OGE 2022..

2. Para mais informações, ver <https://www.bpfomento.pt/pt/catalogo/linha-de-apoio-a-producao/>